

Pausa estratégica para aliviar a tensão

A crise entre Brasil e EUA dá sinais de trégua, mas o governo Lula prevê novas hostilidades e possível pressão sobre as eleições. O PT apresenta plano com foco em soberania, democracia, economia e regulação das redes

» RENATO SOUZA

A crise entre o Brasil e os Estados Unidos, que nas últimas semanas foi tomada por troca de hostilidades no campo diplomático, deu uma pausa nos últimos dias. Chancelarias de ambos os lados atuam para tentar conter uma escalada que poderia afastar as relações entre os dois países de uma maneira histórica. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso realizado durante visita ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São Paulo, criticou, na sexta-feira, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, mas destacou que mantém diálogo com Donald Trump.

Lula relembrou os encontros que teve com o presidente dos Estados Unidos e disse que há diálogo. “Eu e o Trump já tivemos algumas reuniões. Ele sempre me tratou com muito respeito. Eu o trato com muito respeito. Quando eu me encontrei com o Trump na Malásia, eu disse ao Trump: ‘Olhe Trump, nós somos dois homens de 80 anos. Eu já fiz 80 anos. Ele fez agora dia 14 de julho. Então, eu sou um pouco mais velho que você. E a gente tem que passar para o mundo a responsabilidade das duas maiores democracias do mundo, que têm uma relação diplomática com 201 anos’”, afirmou.

No entanto, em relação a Marco Rubio, afirmou que o secretário do governo Trump odeia a América Latina e o Brasil. “Ele é um anti-latino-americano ou um latino-americano frustrado, porque ele foi embora de Cuba, o avô dele, o bisavô, é de lá, ele nunca morou em Cuba. Mas ele foi embora, é um descendente de cubano de Miami, então ele odeia. Odeia Cuba, odeia a Colômbia, odeia o Brasil. E ele faz as coisas diferentes daquilo que a gente conversa com o Trump”, afirmou Lula.

Fontes no Palácio do Planalto, ouvidas pela reportagem, consideram que a escalada deu uma pausa, mas não terminou. O Brasil não deve aceitar, antes das eleições, a alocação do embaixador Daniel Perez, em Brasília. O nome dele foi tornado público pela Casa Branca antes do aval do governo brasileiro, algo que foge da tradição. A expectativa

Patrimônio em queda

Felipe Marques/Estadão Conteúdo



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um patrimônio de R\$ 4,77 milhões, valor 35% menor do que os R\$ 7,42 milhões declarados em 2022. As informações constam no registro de candidatura de Lula à reeleição, protocolado no TSE. A principal mudança entre 2022 e 2026 está nas aplicações em planos de previdência Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Em 2022, Lula tinha R\$ 5,5 milhões aplicados nesses fundos. Em 2026, o valor caiu para R\$ 3,3 milhões. Ontem, durante evento que celebrou os 30 anos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em São Paulo, Lula disse que vai mandar ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, os dados sobre o menor desmatamento da década registrado na Amazônia. “Eu quero preparar os números e mandar para o meu amigo Trump, para ele saber que quem informou ele não informou sobre a verdade.”

é de que ocorram novas hostilidades por parte do governo Trump, além das tarifas que ainda estão em vigor, assim como sanções contra autoridades brasileiras.

Uma fonte especializada, próxima ao governo brasileiro, afirmou, sob a condição de anonimato, que se espera novas ações para tentar interferir nas eleições. “Se alguém quer escalar a relação é o Marco Rubio, que tem como projeto colocar toda a América Latina na mão da extrema direita (basicamente só faltam Brasil e México de importantes, além de Cuba)”, disse.

De acordo com essa mesma fonte, ao mesmo tempo que o Executivo se preocupa com o que está por vir, a avaliação é de que a

campanha de Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência, é a mais afetada. “Isso pode ter efeito negativo na candidatura do Flávio Bolsonaro porque grande parte dos eleitores brasileiros é bastante refratária a interferências externas aqui”, completou.

Soberania

O PT publicou o plano de governo prometido em caso de reeleição do presidente Lula e do vice, Geraldo Alckmin. No documento, Lula promete atuar na defesa da soberania, reforçar o arcabouço fiscal e toca em temas polêmicos, como a regulamentação das redes sociais, revisão do sistema de emendas

parlamentares e democratização do orçamento público.

O nome do documento é ‘Diretrizes para o programa de transformação do Brasil: um país soberano, democrático, desenvolvido, sustentável e criativo’ e tem como foco mirar em um país “soberano, democrático, desenvolvido, sustentável e criativo”. O plano de governo aponta que as emendas parlamentares somaram R\$ 56 bilhões em 2026, alteraram as relações entre o governo e o Congresso e reduziram a eficiência no uso do dinheiro público.

A proposta é implantar um orçamento participativo. A defesa da soberania é um eixo central do programa, em meio a taxas e

tensão nas relações diplomáticas com os Estados Unidos e países vizinhos, como Argentina e Paraguai. A promessa é de reforço na área militar, geopolítica, científica, tecnológica, digital, energética, mineral, ambiental, cultural, econômica e financeira, assim como reforço da indústria e desenvolvimento tecnológico.

O PT informou que essa é a primeira versão do programa, e a coligação ainda poderá fazer adendos ao texto. São destacados 13 eixos, apontando como prioridades a defesa da democracia e da soberania, a modernização do Estado, o combate às desigualdades (regionais, sociais, raciais, de gênero), a segurança pública,

a defesa da vida das mulheres, a proteção à vida e ao bem-estar animal, e uma economia que siga forte e equilibrada para ampliar salto de qualidade em educação, saúde, infraestrutura.

“Manteremos uma política de controle de armas e munições, fundamental para reduzir a violência e fortalecer uma política democrática de segurança pública. Aprimoraremos os mecanismos de rastreabilidade de armas e munições e reforçaremos a capacidade de fiscalização da Polícia Federal e do Exército sobre empresas de segurança privada, defesa pessoal e registros de caçadores, atiradores e colecionadores”, completa outro trecho do plano.

Moraes barra visita dos filhos a Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido para que o ex-presidente Jair Bolsonaro receba a visita dos filhos hoje, quando é comemorado o Dia dos Pais. A decisão do magistrado foi proferida ontem, que rejeitou uma solicitação feita pela defesa do político.

No despacho, Moraes destaca que todas as visitas a Bolsonaro, com exceção da equipe médica e dos advogados, estão suspensas por 30 dias. O ex-presidente receberia a visita dos filhos Flávio, Carlos e Jair Renan, já que Eduardo está nos Estados Unidos e não pretende retornar ao Brasil.

Os advogados pediram a visita dos filhos com base em finalidade “humanitária e familiar”. No

entanto, Moraes afirmou que houve violação de medida cautelar com a divulgação, por Flávio, pré-candidato à Presidência, de uma carta escrita por Jair. O ex-presidente está preso após ser condenado a 27 anos e seis meses de prisão por tentativa de golpe de Estado.

O senador Flávio Bolsonaro, nome do PL a presidente da República, criticou a decisão. “Tiraram a liberdade dele. Agora, querem tirar até o direito de um pai abraçar seus filhos”, declarou. Ao final da declaração, Flávio afirmou que “isso tem dia e hora para acabar”.

PGR

Em manifestação enviada ao Supremo no mês passado, a

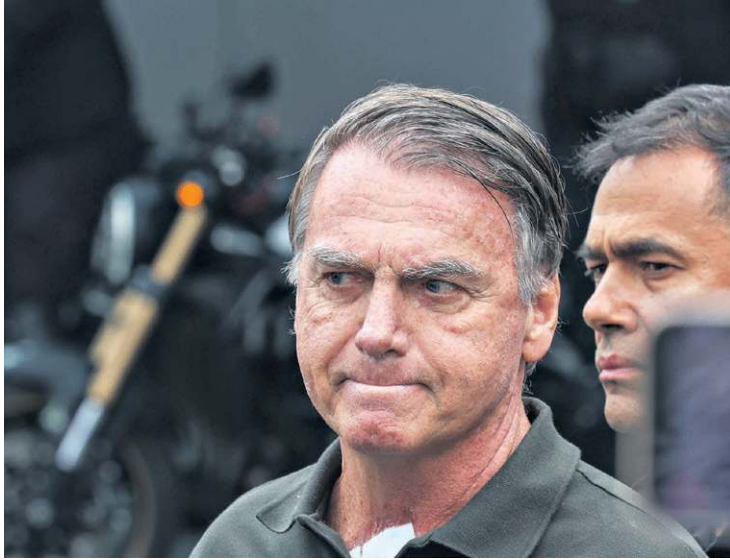
Procuradoria-Geral da República (PGR), defendeu que o ex-presidente Jair Bolsonaro seja mantido em prisão domiciliar humanitária. No entanto, o órgão entende que a “Carta aos Brasileiros”, escrita por ele e divulgada pelo filho, o senador Flávio Bolsonaro, violou medida cautelar e teve cunho eleitoral.

Apesar de pedir que o regime domiciliar seja mantido, a Procuradoria solicitou que fossem adotadas outras medidas, como a restrição de visitas que podem “veicular interferência no momento eleitoral”. “Decerto que não se pode negar à carta de autoria do beneficiado, entregue pessoalmente ao seu filho, o intuito de vê-la divulgada a um público alargado. É essa a explicação para o ato que

as circunstâncias — inclusive a do momento político-eleitoral — compõem”, afirma a PGR.

O Ministério Público concordou com a decisão do ministro Alexandre de Moraes que suspendeu por 90 dias as visitas de Flávio ao pai e destacou que ficou evidente que a carta foi entregue com a intenção de ser divulgada. “A carta, de autoria não disputada, teve o inequívoco intuito de alcançar e influenciar o público com interesse no processo eleitoral deste ano. O seu teor literal também o confirma. O autor se dirige ‘aos brasileiros’ e designa Flávio Bolsonaro como seu ‘porta-voz’, declarando apoio expresso à pré-candidatura deste seu filho à Presidência da República”, completa o texto. (RS)

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Bolsonaro cumpre prisão domiciliar humanitário: veto a visitas